

AVISO N.º 21/90

Aos Senhores Juizes de Direito

O Diretor do Instituto Médico Legal oficiou à Corregedoria, informando que os médicos legistas, com frequência, têm sido convocados a depor, como testemunhas, nos processos criminais em que funcionaram como peritos.

Como é curial, não se confundem as declarações prestadas, em audiência, por testemunhas e peritos. Enquanto esses trazem esclarecimentos técnicos ao juiz, oriundos da formação específica que possuem sobre determinada matéria, aquelas falam sobre os fatos articulados na causa, segundo seu conhecimento pessoal e comum.

Flagrante, como se vê, a diferenciação entre o que dizem, em juízo, perito e testemunha.

Desta forma, como remissão às normas do art. 400, II e 435, do C.P.P., aplicáveis supletivamente ao processo penal, por força do que dispõe o art. 3º, do C.P.P., recomendo que os peritos somente devam ser convocados a prestar declarações em juízo para responderem a quesitos suplementares, previamente apresentados, por escrito, evitando-se, de tal arte, sua convocação como se testemunhas fossem, para evitar "*error in procedendo*".

Belo Horizonte, 06 de agosto de 1990.

(a) Desembargador PAULO VIANA GONÇALVES
Corregedor de Justiça